



ACÓRDÃO Nº632/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11436/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Edson dos Anjos Ramos (Ordenador de Despesa) e José Jorge Pinheiro Guimarães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2041/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, responsável pelo Hospital e Pronto Socorro da Criança, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas no período de 01/01 a 01/11/2016, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Edson dos Anjos Ramos**, responsável pelo Hospital e Pronto Socorro da Criança, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 01/11 a 31/12/2016, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM que faça conciliações contábeis em observância ao princípio da oportunidade, de forma a realizá-las tempestivamente, zelando pela apresentação de uma contabilidade fidedigna com a realidade do Hospital e adote ações junto à CEMA, Central de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº632/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Medicamentos, e à SUSAM, Secretaria de Saúde, para evitar a prática de fuga ao processo licitatório, de modo a não praticar fragmentação de despesas (incisos II e IV do art. 24 da Lei 8.666/93), sob pena de julgamento das Contas pela irregularidade;

- 10.4. Determinar** Determinar à CEMA, Central de Medicamentos e SUSAM a adoção de ações, inclusive de planejamento eficiente, eficaz e efetivo, a fim de manter o estoque de medicamentos de modo a atender prontamente todas as unidades de saúde do Estado, sob pena de terem suas respectivas Contas julgadas irregulares e ser instaurada Tomada de Contas Especiais para apurar o dano ao erário causado pela prática de fracionamento de despesas pelos hospitais para fugir de licitação, em grave violação à Lei federal n. 8.666/93.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral